

DESAFIOS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA

Andreia Rêgo da Silva Reis – IF Baiano
arsr4411@gmail.com

Diele dos Santos Cardoso – IF Baiano
dillepma@hotmail.com

Antônio de Macêdo Mota Júnior – UEFS
antoniomacedojr@gmail.com

Introdução

No Brasil, a partir da Primeira República (1889-1929), com o desenvolvimento das cidades, começaram a crescer diversas exigências por trabalhadores mais bem preparados. É nesse contexto sociopolítico que começa a emergir a necessidade de se ofertar educação técnico-profissionalizante, ou seja, aquela na qual a escola assume um relevante papel no seio da sociedade, atuando diretamente na formação qualificada de profissionais para o mundo do trabalho (Bruno, 2011; Cardoso; Reis, 2016).

A educação profissional brasileira foi instituída no ano de 1909, por meio do Decreto nº 7.566, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. Mais tarde, no período de 1930-1940, ocorreu uma ampliação dessa rede, em razão de acordos políticos e internacionais e da instalação de grandes empresas multinacionais no país. Já na década de 1970, instituiu-se a primeira escola única para ricos e pobres, por meio da Lei nº 5.692/1971, tornando obrigatório o ensino profissionalizante para os alunos do ensino secundário (Fonseca, 1961).

A partir da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) algumas mudanças foram implementadas, com novas diretrizes sobre a educação profissional e tecnológica, bem como pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Assim, este estudo exploratório-descritivo, bibliográfico e documental tem como objetivo contextualizar a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os seus desafios no Estado da Bahia, tendo como foco o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).

Desenvolvimento

A aprovação da Lei nº 11.892/2008 representou a reformulação da oferta da educação profissional no Brasil. Muitos desses IFs foram criados pela transformação/integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Essas instituições de educação superior, básica e profissional têm estrutura pluricurricular e *multicampi*, com natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008). Conforme Tavares (2012), a garantia dessa autonomia é extremamente relevante para a transformação da rede de ensino, pois, até a década de 1990, as poucas unidades de ensino criadas estavam vinculadas às Universidades Federais.

Segundo Otranto (2011), para se assemelhar às Universidades Federais, como determina a Lei nº 11.892/2008, os IFs precisam oferecer ensino superior, pesquisa e extensão dentro dos padrões de qualidade, somado a oferta do ensino técnico integrado ao médio. Nesse veio, é possível inferir que essas instituições complexas possuem muitas atribuições e considerando que a política educacional foi implantada recentemente, somente após sua consolidação é que será possível avaliar se essas instituições estão conseguindo atuar nas diversas modalidades de ensino com a qualidade esperada.

No período de 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades da rede federal. Já na primeira fase de implantação dos IFs (2005 a 2007) foram construídas 64 unidades e, na segunda fase (2007 a 2010), o objetivo foi a instalação de 150 novas unidades, totalizando 354 unidades. Na terceira fase (2011 a 2014), a política de expansão foi mantida, com a implantação de 86 novas unidades. No contexto atual, essa Rede Federal conta com um total 659 unidades, distribuídas por todo o país (Brasil, 2009, 2023).

No que se refere ao Estado da Bahia, foram criados o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Acerca do IF Baiano, seus *campi* foram constituídos a partir das antigas Escolas Médias de Agropecuária (EMARC) e, em decorrência da expansão, também foram criadas e incorporadas novas unidades, totalizando 14 *campi*, localizados em 19 Territórios de Identidade e com sede administrativa (Reitoria) na capital baiana (IF Baiano, 2020).

De acordo com Cardoso e Reis (2016), as unidades que compõem o IF Baiano se diferenciam em virtude das suas especificidades regionais e de origem, no que diz respeito à infraestrutura e ao quadro de servidores. Enquanto as antigas Escolas Agrotécnicas possuem estruturas organizacionais de trajetória histórica concretizada, as demais unidades que iniciaram seu funcionamento a partir de espaços cedidos por Prefeituras ou Estado, apresentam ainda limitações em estrutura física e quadro de pessoal.

Outro desafio importante é a sustentabilidade financeira, principalmente em relação à garantia da qualidade e demandas institucionais. Nesse sentido, o IF Baiano conta com uma matriz orçamentária projetada em função do quantitativo de matrículas atendidas, com o tipo e modalidade de curso ofertado e com a disponibilidade de residências estudantis. Sendo assim, o orçamento não é distribuído de forma equitativa entre as unidades, tendo em vista a necessidade de considerar suas especificidades.

Outrossim, não obstante aos desafios delineados, esse Instituto possui uma capilaridade essencial dentro do território baiano, que o configura como uma importante instituição educacional, que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, caracterizada pela interiorização da oferta pública de ensino nos seus mais variados níveis e modalidades.

Considerações Finais

A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica representa um marco importante na evolução da educação no país, principalmente como estratégia governamental de interiorização da oferta pública de educação profissional, técnica e tecnológica.

Sendo assim, essa política nacional tem possibilitado a sociedade uma maior oportunidade de acesso a essas unidades de ensino, como mecanismo de transformação do meio social e econômico, capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Nessa senda, a partir da implantação e expansão do IF Baiano, é importante destacar que, apesar das dificuldades e limitações existentes, essa instituição vem cumprindo sua missão institucional, contribuindo para a formação profissional, para elevação de escolaridade e a inserção dos estudantes baianos no mundo do trabalho.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programas e ações da Setec. **Expansão da rede federal**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n.48, set.-dez. 2011.

CARDOSO, D.; REIS, A. Educação profissional: desafios da expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. *In*: Congresso Nacional de Educação, 3., Natal, 2016. **Anais [...]**. Natal: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda., 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20879>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FONSECA, C. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional IF Baiano PDI – 2021-2025**: democracia, cooperação e governança. Salvador: IF Baiano, 2020. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/02/Resolucao-117.2021-com-anexo.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2023.

OTRANTO, C. A Política de Educação Profissional do Governo Lula. *In*: Reunião Anual da ANPEd, 34., Natal, 2011. **Anais [...]**. Natal: ANPEd, 2011.

TAVARES, M. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. *In*: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, Caxias do Sul, 2012. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: 17 nov. 2023.